

# Falando De Direito

Publicação da Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves  
Ano 9 - nº24 - fevereiro, março e abril de 2011

## 11ª turma do Curso de Juristas Populares reflete diversidade do trabalho com DH



Diversidade. Esta é a palavra-chave para a 11ª turma do Curso de Formação de Juristas Populares. São 17 homens e 25 mulheres, entre 15 e 56 anos. São indígenas, pardos (as), negros (as) e morenos (as), com graus de escolaridade que vão desde o 1º até o 3º grau incompleto. Uma das exigências do Curso é que o Ensino Superior não tenha sido concluído. Esta medida visa priorizar as pessoas que não tiveram acesso à educação formal. Realizado em parceria com a Fundação Interamericana (IAF), esta edição do Curso começou em outubro passado e deve terminar em agosto deste ano. Esta mudança no calendário é inédita, mas não comprometeu as atividades, realizadas entre uma e duas vezes por mês, nos finais de semana, no auditório da

### Perfil da 11ª Turma de Juristas Populares:

42 selecionados (as)  
17 homens  
25 mulheres  
Idades entre 15 e 56 anos  
17 de João Pessoa  
2 de Santa Rita  
2 de Bayeux  
1 Baía da Traição

Fundação.

Após as primeiras Oficinas, os (as) cursistas já estão aprendendo as primeiras noções do Direito através dos Módulos de Direito Constitucional I e II, Organização do Judiciário e Direito Civil. De acordo com a advogada responsável pelo Curso, Anna Izabella Chaves Alves, as aulas são estruturadas para melhor assegurar o

entendimento do funcionamento do poder Judiciário. Esta edição do Curso já contou, desde seu início, com a participação de José de Melo Neto, professor da UFPB, Cristina Chaves de Oliveira, da Pastoral do Menor, Kristina Hallmann, da Universidade de Vechta, na Alemanha, Paula Frassinete, presidenta da Associação Paraibana de Amigos da Natureza e Carlos Alberto, Jurista Popular e Conselheiro Tutelar.

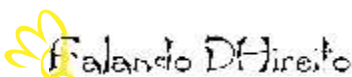
Além disso, os próprios técnicos da Fundação também colaboraram, como o advogado Gustavo Leite Castello Branco, a jornalista Andréia Martins e o estagiário de Direito Marcus Paulo de Medeiros Linhares. Esta integração de profissionais incentiva os (as) cursistas e dá fôlego ao Curso, que é o maior da categoria, com mais de duzentas horas/aula. Além do mais, também serão realizadas Cirandas do Direito, onde os (as) cursistas poderão atender diretamente à população.



## Editorial

A primeira mulher a alcançar o poder máximo da democracia no Brasil causa polêmica desde sua candidatura. Na maioria das vezes, as discussões giram em torno de outras questões que não o fato de Dilma Rousseff ser uma mulher. Questões de preconceito entre as regiões nordeste e sudeste do país foram a pauta mais comentada nas mídias após a eleição, antes mesmo da posse de Dilma, fato curioso após o término de um governo com mais de 80% de aprovação popular. Será que essa aprovação só vem do nordeste? O país só é composto pelo nordeste? Essas perguntas retóricas de nada adiantam contra o preconceito infundado que algumas pessoas mostraram, sem pudor algum, nas redes sociais. Em uma época em que discriminação é crime, até estudantes de direito se julgam acima da lei. Mas, na hora do aperto, é ao nordeste que o sudeste pede socorro. Dilma começou seu governo transmitindo uma mensagem clara: seu discurso para o Congresso Nacional, em 1º de janeiro, falava exatamente das dificuldades vencidas e de outros obstáculos a vencer por um povo tão ricamente diferente. Falou também da necessidade de abrir portas e criar oportunidades. Vamos abrir as portas e dar oportunidade para respeitarmos a nós mesmos enquanto nação. Só assim seguiremos em frente.

### EXPEDIENTE



Esta é uma publicação da  
 Fundação de Defesa dos Direitos  
 Humanos Margarida Maria Alves.  
 Rua Irineu Joffily, nº 185, Centro  
 CEP: 58011-110, João Pessoa, PB.  
 Telefone/fax: 3221-3014  
[www.fundacaomargaridaalves.org.br](http://www.fundacaomargaridaalves.org.br)  
[fundacao@fundacaomargaridaalves.org.br](mailto:fundacao@fundacaomargaridaalves.org.br)  
 Jornalista responsável:  
 Andréia Martins (DRT 2998/PB)  
 Fotos: arquivo da entidade  
 Tiragem: 1000 exemplares  
 Apoio: Misereor  
 Impressão: F&A Gráfica e Editora

## Hoje eu vou “xingar” muito no Twitter! Redes Sociais e Racismo

Frederyco Freire Martins, Jornalista

No Brasil, um direito chamado “liberdade de expressão” é de longe o legado mais vigiado e precioso da luta contra a ditadura militar. Não entrarei no mérito jurídico da coisa, mas devo dizer que tal vigilância é necessária, sim, embora existam outras formas de coerção que podem ser facilmente aplicadas sem, necessariamente, usurpar o direito a “livre” manifestação de idéias. Isso é tão preocupante quanto outro aspecto que diz respeito à forma como esse direito é exercido. Sem se importar com possíveis conseqüências danosas, muita gente, de forma deturpada, tem apelado à liberdade de expressão como justificativa para plantar mentiras, notícias falsas, boatos ou impregnar tantos quanto possam, com imaturidade e preconceito. As redes sociais como Twitter, Orkut, Facebook e YouTube são, hoje, ícones da livre expressão, e são nelas onde quase sempre podemos assistir a um confuso filme de horror. Mesmo sendo radicalmente contra qualquer tipo de censura, me pergunto se a sociedade saberá expressar-se livremente e de forma não tendenciosa. Desculpem, queridos, se pareço reacionário, mas, infelizmente, essas redes funcionam como caixas de ressonância das mídias tradicionais, e, para o nosso total desalento, temos uma imprensa golpista! Recentemente o Twitter e o Facebook serviram de palco para alguns jovens “manifestarem livremente” seu desconhecimento e preconceito com relação ao nordeste e aos homossexuais. Tudo começou quando a estudante de direito paulista Mayara Petruso decidiu demonstrar como não devemos usar a liberdade de expressão. A estudante atacou a população nordestina com insultos e logo foi imitada por diversos outros que afirmavam odiar o nordeste, envergonhar-se por morar no mesmo país que nordestinos e desejarem a

“ “ As redes  
 funcionam como  
 caixas de  
 ressonância das  
 mídias tradicionais,  
 e, para o nosso  
 total desalento,  
 temos uma  
 imprensa golpista”

morte de todos os “comedores de rapadura”. O mesmo discurso preconceituoso caracterizado pela depreciação ao mais baixo nível foi usado contra homossexuais logo após os ataques que foram noticiados pela mídia no Rio e São Paulo. Neste caso, em particular, além das agressões verbais, há ainda os grupos religiosos julgando, condenando ou oferecendo cura. Ambos os casos demonstram que liberdade de expressão sem ética é como ter uma garrafa de vodka e um cigarro: podemos usá-los em prazerosos momentos de lazer ou podemos jogar o cigarro aceso dentro da garrafa, fazendo um coquetel molotov para atirar nas pessoas. Por mais estranha que a palavra ética possa nos parecer, qualquer abordagem sobre redes sociais e liberdade de expressão inevitavelmente nos leva a questionar as normas e os padrões de conduta dos seus usuários, que podem, assim como no caso da garrafa de vodka e do cigarro, as usarem simplesmente como uma forma de atingir deliberadamente outras pessoas, e o pior: com a certeza que são livres para, se quiserem, assim o fazer.



Quer contribuir com  
 a continuidade dos  
 nossos projetos?

Para ajudar a manter nossos programas  
 de defesa dos Direitos Humanos,  
 adquira um dos nossos produtos,  
 seja nosso voluntário ou faça doações na

Conta 122749-1, Agência 0435-9, Banco Bradesco.

# “Educação para a Saúde e o Meio Ambiente chega à reta final



**A Horta em dois momentos:** Oficina prática de plantio e a retribuição do trabalho - geração de renda

O final de 2010 e o início de 2011 trouxeram mais soluções práticas para alguns dos problemas enfrentados pela Comunidade Unida, beneficiária do projeto Educação para a Saúde e o Meio Ambiente, realizado pela Fundação em parceria com a BrazilFoundation. Na reta final das atividades, os (as) participantes aprenderam, na prática, as vantagens da Horta Orgânica numa oficina ministrada pela Engenheira Agrônoma Joelma Varelo, em mais uma parceria da Fundação com o Sebrae. A oficina, composta de dois momentos, foi realizada nos

dias 21 e 22 de dezembro passado. No primeiro dia, foram expostos os principais motivos para o cultivo orgânico de hortaliças e como esse cultivo é benéfico para a reestruturação da economia familiar.

No dia seguinte, foi a vez de colocar a mão na massa – ou melhor, na terra. O terreno da igreja da comunidade, onde a oficina estava sendo realizada, foi preparado para receber as mais diversas sementes: cenoura, coentro, pimentão, tomate, beterraba, alface e outros. Foram preparados três canteiros e duas bandejas de mudas para garantir o

Além do conhecimento, os (as) participantes também receberam os materiais necessários para o início de suas hortas: pás, ancinhos, enxadas, carrinhos de mão e kits de jardinagem foram entregues para os (as) beneficiários (as) diretos (as) do projeto; os (as) outros (as) participantes tiveram a chance de ganhar mais outros 3 kits através de sorteio.

Já em janeiro, nos dias 29 e 30, através de mais uma parceria com o Sebrae, foi realizada a Oficina para Apresentação de Produtos com o designer industrial Fábio de Moraes Silva. Fábio explicou aos participantes a necessidade de uma boa apresentação das hortaliças e do sabão ecológico na hora da venda, e também destacou a importância do reconhecimento do produto pelos consumidores. Na ocasião, também foi realizada a avaliação do projeto, que terminou com pouco mais de um ano de duração e firmou diversas parcerias: Centro Tecnológico Paraibano (Cetec), Escola Piollin, Sebrae/PB, Bemfam, Rede de Juristas, Paróquia Anglicana de Santo Estevão, dentre outros. Este trabalho em conjunto contribuiu para que o conteúdo previsto para o projeto fosse ampliado e proporcionou economia nas atividades, que puderam ser replicadas e aprofundadas.



**Design:** Fábio apresentou os principais motivos para boa apresentação dos produtos e aumento das vendas

# Começa primeira etapa do Levantamento Topográfico no Jardim Laranjeiras



imagem tirou as dúvidas dos (as) moradores (as) da comunidade, que puderam verificar se suas casas estavam ou não inseridas na área a ser regularizada, de propriedade da Cehap (Companhia Estadual de Habitação Popular). Com o término das atividades sócio-educativas, o projeto também entra na reta final, que é a mais trabalhosa e demorada, por conta dos trâmites burocráticos.

Após a realização do Levantamento Topográfico, terá início o Cadastro Sócio-Econômico, que traçará o perfil das famílias que habitam o local. Em seguida, será iniciado o processo de documentação de todas as casas, com a emissão das escrituras.

Para melhor informar a comunidade acerca dos detalhes e minúcias do projeto, foram produzidas mil cartilhas e três mil folders explicativos, mostrando o passo-a-passo de todo o processo. Este material será entregue no início do cadastro sócio econômico, quando toda a área será percorrida por profissionais da CadastralGeo e técnicos da Fundação.

**Regularização:** mapa mostra área do projeto e moradores (as) verificam se serão beneficiados (as)

Mais uma etapa está sendo vencida no desenvolvimento do projeto de Regularização Fundiária do Jardim Laranjeiras, o Programa Papel Passado, realizado em parceria com o Ministério das Cidades. Após a escolha da empresa para a realização do Cadastro Sócio-Econômico e Levantamento Topográfico através de uma licitação no estilo Carta-Convite, a Caixa Econômica Federal, órgão repassador dos recursos do projeto, autorizou o início dos

trabalhos georreferenciais. Assim, a CadastralGeo, empresa selecionada, já começou o Levantamento Topográfico, que consiste na medição de todas as dimensões da área a ser regularizada e de todos os terrenos nela contidos.

A primeira etapa deste processo foi a obtenção da fotografia aérea da região. A



# Rede de Juristas Populares avalia atuação em 2010 e prepara atividades de 2011

A avaliação geral da participação dos (as) integrantes da Rede de Juristas Populares em 2010 ressaltou problemas já conhecidos do trabalho voluntário. Mas, mesmo com as dificuldades individuais, a maioria dos (as) Juristas compareceu à avaliação, prontos (as) para sugerir modificações na estrutura das atividades, que são planejadas anualmente. O diagnóstico positivo da participação das comunidades deu novo fôlego para verificar quais os pontos fracos e fortes da Rede, bem como a conquista de novas parcerias, como escolas de ensino técnico, ONGS e até órgãos públicos.

A Fundação mostrou relatórios financeiros detalhados das principais ações para melhor ilustrar os gastos da Rede, a fim de ajudar os (as) Juristas a refletir a importância do trabalho que desenvolvem. Foram analisados quadros de planejamento construídos no início de 2010 para verificar quais pontos foram realizados e justificar a não realização de outros. Os (as) Juristas puderam relatar as principais dificuldades de seus núcleos, verificando, ponto a ponto, o cronograma previsto e os indicadores do projeto. Além disso, foi sugerida uma reflexão acerca da sobrevivência da própria Rede, que terá a parceria de Misereor até o final de 2012.

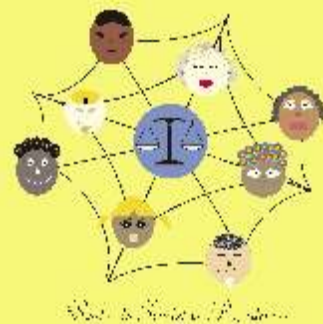
A divulgação das atividades da Rede também foi um tópico discutido, sobretudo na quantidade de matérias provocadas pela Fundação e no número de reproduções dessas matérias na imprensa. A média de matérias veiculadas no site da Fundação foi de quatro por

mês, uma por semana, e sete atividades da Rede foram amplamente divulgadas em todos os meios de comunicação. Assim, computamos vinte inserções em jornais impressos. Foi resgatada também a produção de materiais gráficos, como panfletos e cartazes, utilizados nas atividades. Os (as) Juristas foram convidados (as) a refletir acerca do compromisso individual com a Rede, e, novamente, a questão da não-remuneração foi a mais ressaltada. Mas, mesmo assim, foram propostos contatos com os novos e antigos parceiros, afim de planejar, com eles, as atividades dos anos seguintes.

A Rede define seu calendário para 2011 ainda neste mês, e traçará novas estratégias para agregar novos (as) participantes, colaboradores (as) e parceiros (as). Além disso, também será construído um folder que será distribuído nas ações da Rede como mais uma ferramenta de conscientizar a população para o trabalho em conjunto.

## A Rede de Juristas em números

- 4 Núcleos
- Média de 30 participantes ativos
- Cerca de 20 parceiros
- Aproximadamente 30 atividades anuais
- 5 reuniões mensais



Avaliação: integrantes da Rede de Juristas discutiram os principais efeitos e dificuldades de seu trabalho em 2010

# Do luto à luta – a história de uma mãe contra a impunidade nos crimes de pistolagem

“Você não tem medo de morrer?” Esta é uma pergunta para a qual D. Rosa tem uma resposta rápida e sincera: “Não. Se eu aparecer morta, já sabem quem foi”. E é por causa dessa coragem que Rosa Maria Holmes do Nascimento luta por justiça. Seu filho foi assassinado aos 17 anos, na frente de sua casa, em Mangabeira 8, no dia 07.02.2009. Rosa viu o assassino e não se calou: prestou queixa à Polícia Federal, à Secretaria de Segurança da Paraíba e ao Conselho Estadual de Direitos Humanos, onde encontrou mais força para continuar a lutar. Acompanhamos, diariamente, histórias tristes de mães que perdem seus filhos de maneira trágica. Na maioria dos casos, a dor e o luto prevalecem, calando-nos diante da violência. Mas, para Rosa Maria Holmes do Nascimento, mãe de Edvan do Nascimento Nobre, morto há 2 anos por um policial corrupto, lamentar e pedir por justiça não foi suficiente. Ela decidiu denunciar o carrasco de seu filho para o Ministério Público, aliando-se ao Deputado Luís Couto e ao então Secretário de Segurança da

Paraíba, Gustavo Gominho, para que todo o esquema de extermínio encabeçado pelo 1º Sargento Humberto Carlos Pereira de Nascimento fosse averiguado.



**Recortes:** Rosa coleciona notícias sobre o assassino de seu filho e seus depoimentos à imprensa

O 1º Sargento era conhecido pela maioria dos moradores de Mangabeira 8, principalmente aqueles próximos do ponto final dos ônibus. Era nas barracas de lanches ali postadas que os policiais costumavam comemorar os crimes que cometiam, principalmente as mortes. Por estes motivos, Rosa não gostava que o filho freqüentasse o local. Mas o jovem parecia não perceber o risco que corria, pois já tinha presenciado dois dos crimes de Humberto Carlos Pereira do Nascimento. Assim, na noite de 7 de fevereiro de 2009, encontrou a morte em frente de casa. Rosa viu tudo. Viu, inclusive, o assassino ir embora como se nada tivesse feito. Assim, ainda sofrendo pela perda do filho, começou a sofrer ameaças. “Mandaram um homem no enterro do meu filho para ficar dizendo, na minha cara, que tinha sido o 1º Sargento que o tinha matado. Ficaram esperando que eu confirmasse, para que eu fosse morta também. Depois disso, já fui perseguida até por carro de polícia”. A partir do momento em que Humberto foi indiciado, ela teve coragem de contar o que sabia. Assim, procurou a Polícia Federal e a Comissão Estadual de Direitos Humanos, onde encontrou o apoio do Deputado Luís Couto. “A idéia que eu tinha dos Direitos Humanos mudou completamente. Enxerguei que

defendem a vida, não só bandido, como as pessoas dizem. Quem está de fora pensa que só funcionam pra bandido. Mas, onde passo, tento tirar esta imagem”. Contando com esta ajuda, Rosa também teve coragem suficiente para mostrar o rosto e pedir por justiça de peito aberto.

Além disso, denunciou um esquema em que os policiais corruptos alegavam insanidade para escapar à punição adequada: após passar alguns meses no manicômio judiciário, eram aposentados por invalidez. Por causa da denúncia, 23 policiais nestas condições foram transferidos de volta para os quartéis militares. Mesmo com essas vitórias, ela acredita que está sozinha nesta luta no tocante às outras famílias vítimas de crimes semelhantes. “Ganharíamos mais se tivéssemos a força de outras famílias. O corporativismo faz com que eles (os Policiais Militares) se fortaleçam, aproveitando o medo das pessoas.” Mas, mesmo com a dificuldade do medo, Rosa está fazendo parte do Curso de Formação de Juristas Populares, promovido pela Fundação Margarida Maria Alves em parceria com a Fundação Interamericana (IAF). Através do Curso, ela espera encontrar pessoas que tenham coragem, e que possa ajudar mais outras.

## Acontece

### Fevereiro

13 - Planejamento da Rede de Juristas;  
13 e 14 - Módulo de Direito Constitucional II;  
26 e 27 - Módulo de Organização do Judiciário;  
28 - Avaliação e Planejamento Institucional FDDHMMA



### Março

17 - Eleição do Conselho Curador da Fundação;  
19 e 20 - Módulo de Direito Civil I

### Abril

9 e 10 - Módulo de Direito Civil II

Acompanhe a Fundação nas Redes Sociais!

- @FundacaoMMAlves
- Fundação Margarida Maria Alves
- Fundação Margarida Maria Alves